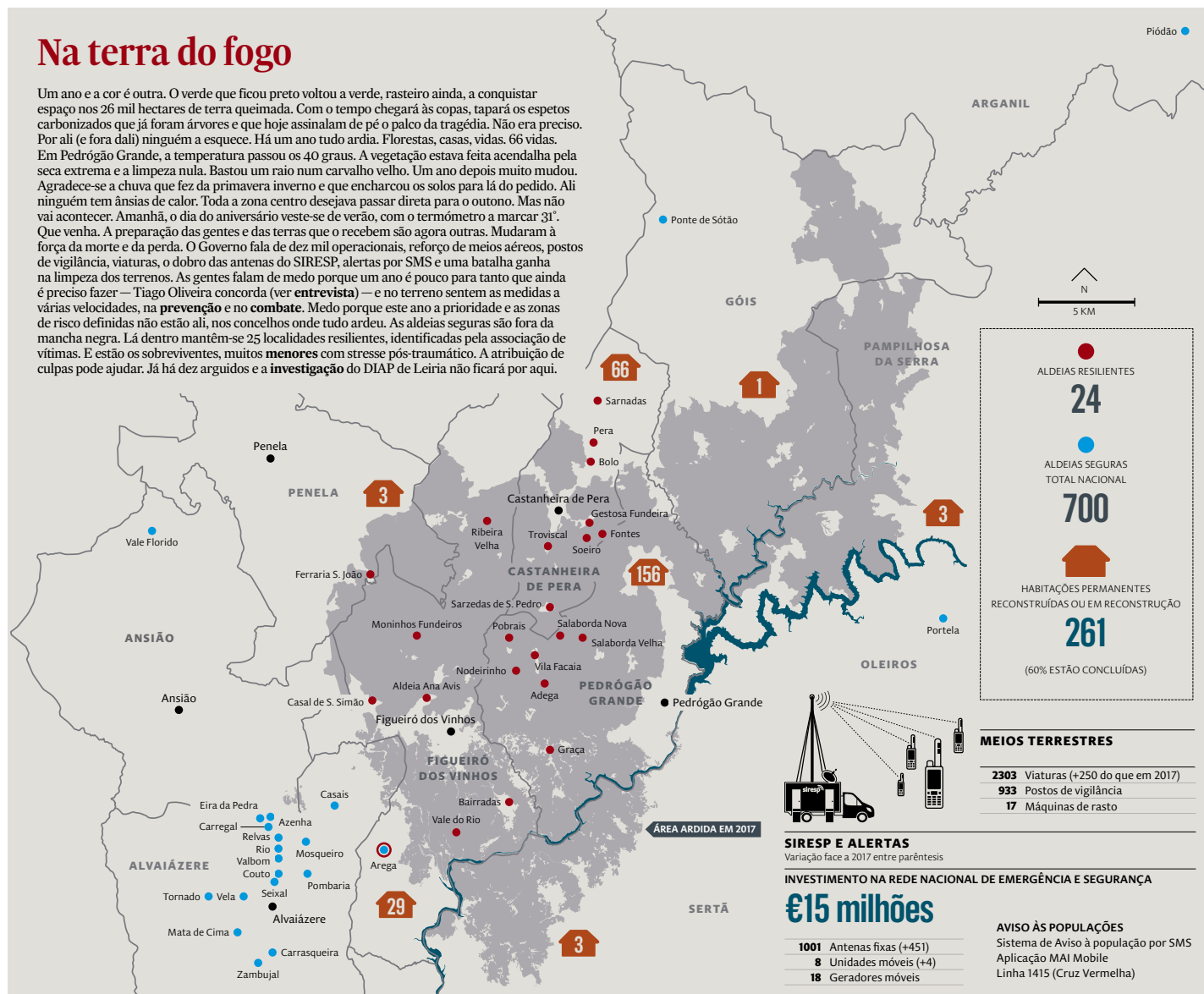


Na terra do fogo

Um ano e a cor é outra. O verde que ficou preto voltou a verde, rasteiro ainda, a conquistar espaço nos 26 mil hectares de terra queimada. Com o tempo chegará às copas, tapará os espetos carbonizados que já foram árvores e que hoje assinalam de pé o palco da tragédia. Não era preciso. Por ali (e fora dali) ninguém a esquece. Há um ano tudo ardia. Florestas, casas, vidas. 66 vidas. Em Pedrógão Grande, a temperatura passou os 40 graus. A vegetação estava feita acendalha pela seca extrema e a limpeza nula. Bastou um raio num carvalho velho. Um ano depois muito mudou. Agradece-se a chuva que fez da primavera inverno e que encharcou os solos para lá do pedido. Ali ninguém tem ânsias de calor. Toda a zona centro desejava passar direta para o outono. Mas não vai acontecer. Amanhã, o dia do aniversário veste-se de verão, com o termómetro a marcar 31°. Que venha. A preparação das gentes e das terras que o recebem são agora outras. Mudaram à força da morte e da perda. O Governo fala de dez mil operacionais, reforço de meios aéreos, postos de vigilância, viaturas, o dobro das antenas do SIRESP, alertas por SMS e uma batalha ganha na limpeza dos terrenos. As gentes falam de medo porque um ano é pouco para tanto que ainda é preciso fazer — Tiago Oliveira concorda (ver **entrevista**) — e no terreno sentem as medidas a várias velocidades, na **prevenção** e no **combate**. Medo porque este ano a prioridade e as zonas de risco definidas não estão ali, nos concelhos onde tudo ardeu. As aldeias seguras são fora da mancha negra. Lá dentro mantêm-se 25 localidades resilientes, identificadas pela associação de vítimas. E estão os sobreviventes, muitos **menores** com stress pós-traumático. A atribuição de culpas pode ajudar. Já há dez arguidos e a **investigação** do DIAP de Leiria não ficará por aqui.



“Só temos até 2023 para alterar esta realidade”

Marcelo PR diz que não haverá outra oportunidade para mudar desequilíbrios entre litoral e interior

Um ano passado sobre o fogo de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e concelhos vizinhos, Marcelo Rebelo de Sousa volta ao terreno com duas certezas. A primeira, sobre um efeito daqueles dias: “Grande parte do país abriu os olhos para uma realidade que desconhecia”, diz o Presidente da República ao Expresso. Leia-se: mudou “a percepção, a compreensão e a atenção” do país litoral e metropolitano em relação ao Portugal do interior, distante das grandes cidades e dos centros de decisão.

A segunda convicção do Presidente da República, no momento em que se assinala este primeiro aniversário, é

que o tempo escasseia e há oportunidades que ou se agarram no momento certo ou se perdem de vez. “Temos até 2023 para conseguir alterar esta realidade do desequilíbrio entre os vários ‘Portugais’. Só se enfrenta esta questão se houver um reequilíbrio económico e social, que permita ultrapassar as desigualdades enormes que existem.” Ou seja, a um ano das legislativas, Marcelo avisa que o tempo político para políticas que façam a diferença vai só até ao final da próxima legislatura.

Será esta a mensagem que Marcelo Rebelo de Sousa quer deixar este fim de semana, que vai passar em Pedrógão e arredores. O apuramento de “tudo, mas mesmo tudo” sobre “os factos e responsabilidades” relativos a esses dias, que Marcelo exigiu logo na semana da tragédia, ainda não está concluído. Mas a grande prioridade do Presidente da República, neste fim de semana, é outra. Mesmo a pressão que colocou sobre o Governo para garantir que não se repete uma catástrofe daquela dimensão fica, para já, em segundo plano — a hora é de voltar a apoiar quem foi afetado (não por acaso, Marcelo voltará a estar ao lado de Nadia Piaza, o rosto da revolta das populações) e alertar para o grande desafio de contrariar o país a várias velocidades.

As lentidões que preocupam Marcelo

Isto que não significa que Marcelo esteja tranquilo com o que aconteceu desde os fogos do ano passado (os de junho e, sobretudo, os de outubro, que inquinaram a sua relação com o Governo). O Presidente já sinalizou a lentidão da Justiça no apuramento de responsabilidades (ainda não há ac-

sações, apenas alguns arguidos); não passa ao lado dos atrasos e alguma descoordenação na ajuda prestada às populações, sobretudo na reconstrução; sabe bem da incerteza que reina na reformulação do sistema de prevenção e combate aos fogos (a nova lei orgânica da Proteção Civil tem sido sucessivamente adiada) e está a par das carências de equipamento e dos atrasos no dispositivo de combate.

O melhor sintoma da sua apreensão é o facto de Marcelo ter sentido necessidade de avisar, em maio, numa entrevista ao “Público”, que outro falhanço do Estado daquela dimensão terá consequências políticas mais sérias: nesse caso, Marcelo assumirá as suas responsabilidades, não se recandidatando a Belém. Foi a forma de manter a pressão sobre o Governo, numa altura em que os prazos derrapavam e o dispositivo de prevenção e combate estava longe de poder responder a uma emergência. Mas também a maneira de mostrar um cartão amarelo a António Costa, que diz não se demitir mesmo em caso de uma nova tragédia.

O aviso foi dado, o Governo fez um esforço por ter o dispositivo pronto, e o chefe do Estado reconhece esse ponto. E tem dito em privado que, desde a substituição da ministra Constança Urbano de Sousa e da sua equipa, o MAI tornou-se mais proativo e eficiente. Porém, o facto de 2018 ser uma espécie de ano de transição, em que muitas das mudanças prometidas estão a meio caminho, é razão para continuar preocupado.

“Ele não está satisfeito”, avisa quem o conhece bem. Mas não será Marcelo, em plena época do calor, a colocar em causa o trabalho feito.

FILIPE SANTOS COSTA
fscosta@expresso.imprensa.pt

Mais efetivos, mais meios, muitas incertezas

COMBATE Nas zonas afetadas pelo incêndio, os bombeiros dizem que ainda há lições a tirar da tragédia. Reforços não se sentem nos quartéis, faltam viaturas e não se testaram os novos sistemas de comunicação

“Esta semana fizemos descolar um helicóptero e três viaturas para um fogo que afinal era uma queimada.” O desabafo de um comandante de bombeiros ao Expresso é um sinal dos tempos em Pedrógão. Um ano depois da tragédia, o medo e a ansiedade continuam a marcar os dias numa comunidade que ainda não se recompôs.

No terreno ouve-se com ceticismo o discurso do Governo que assegura ter havido um grande reforço de meios. Pelo olhar dos bombeiros locais as lições ainda não foram apreendidas. Almeida Lopes, presidente da Federação de Bombeiros do Distrito

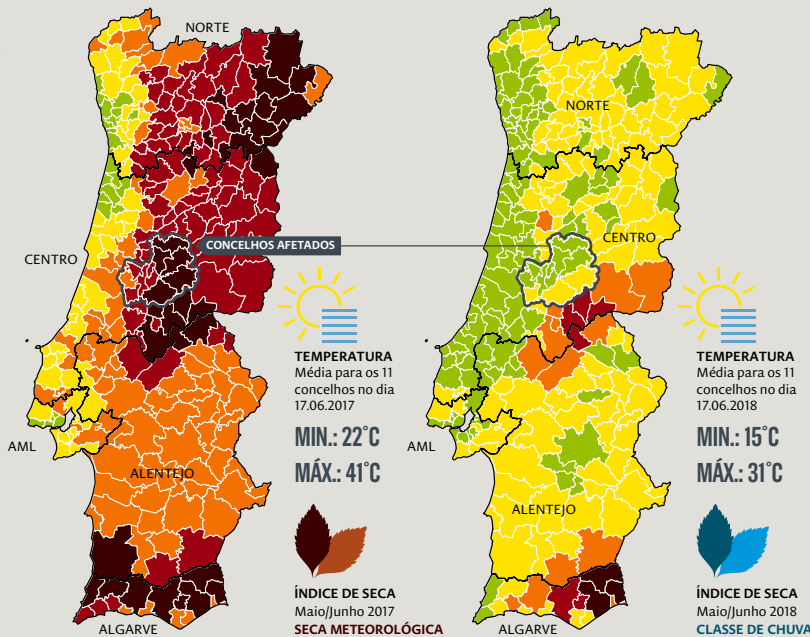


Risco de incêndio um ano depois

17.06.2017

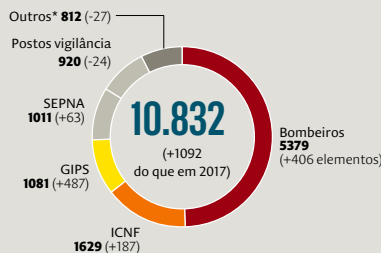
17.06.2018

MÁXIMO
MUITO ELEVADO
ELEVADO
MODERADO
REDUZIDO



OPERACIONAIS DISPONÍVEIS

Entre parêntesis variação em relação a 2017



ICNF-EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS E CORPO NACIONAL DE AGENTES FLORESTAIS
GIPS-GRUPO DE INTERVENÇÃO PROTEÇÃO E SOCORRO DA GNR
SEPNA-SERVÍCIO DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E AMBIENTE DA GNR
*OUTROS: BOMBEIROS DA PROTEÇÃO CIVIL, PSP E AFCELCJA (PRIVADOS)

MEIOS AÉREOS

A 17 de junho de 2018

TOTAL A PARTIR DE JULHO

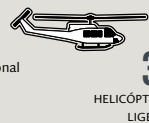
55

No período de maior empenhamento operacional (+7 do que em 2017)



10 AVIÕES ANFÍBIOS

As Forças Armadas disponibilizam capacidades adicionais a pedido, como por exemplo aeronaves de vigilância da Força Aérea e drones para deteção aérea antecipada de fogos rurais



33 HELICÓPTEROS LEIGEIROS



2 AVIÕES DE COORDENAÇÃO

INFOGRAFIA JAIME FIGUEIREDO E SÓFIA MIGUEL ROSA | TEXTOS RAQUEL MOLEIRO

Tiago Oliveira Presidente da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fogos Rurais

“Continuamos a ter um território vulnerável”

CARLA TOMÁS

Doutorado em engenharia florestal, Tiago Oliveira está há sete meses a assessorar o Governo a pôr em prática as recomendações das duas comissões técnicas independentes que analisaram os incêndios de junho e outubro de 2017. O especialista alerta que, se se repetirem as mesmas condições meteorológicas do ano passado, pode voltar a acontecer uma tragédia, já que um ano não é suficiente para todas as mudanças estruturais que têm de ser feitas.

■ O que está a ser feito é suficiente?

■ O que foi feito à paisagem no último ano não é suficiente para alterar a vulnerabilidade do território. As faixas de limpeza dão um conforto, mas não são o suficiente para recuperar o atraso que temos na gestão florestal. A maioria do território é privado e os incentivos para as pessoas gerirem ajustadamente a floresta não existem, portanto muito do território não está tratado. Muito esforço foi feito, mas continuamos a ter um território vulnerável. Temos de nos preparar para o pior, esperando sempre o melhor.

■ Quais são as prioridades?

■ No centro da estratégia está a proteção das populações. Temos de reforçar os meios nos sítios mais vulneráveis, insistir na gestão dos combustíveis e ensinar as pessoas a aguentarem-se perante uma situação de emergência. Para isso serve o projeto “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) também tem estado a trabalhar no programa de redução do número de ignições relacionadas com queimas e queimadas. E também se aposta em gerir bem a informação disponível, usar o conhecimento e antecipar a decisão.

■ Pode voltar a acontecer uma tragédia como a do verão passado?

■ Estamos a fazer todos os esforços para que seja cada vez menos provável, mas pode voltar a acontecer. Como a paisagem não se adaptou, continuamos muito vulneráveis às circunstâncias meteorológicas. Ainda não estamos preparados como temos de estar, porque o sistema precisa de transformações sistémicas que não se fazem num ano.

■ Fazem-se em quantos?

■ Em três ou quatro, depende da resistência à mudança. Mas está a haver um esforço como nunca houve. Há maior apoio à decisão e, se houver um incêndio, tenho a certeza de que haverá capacidade de passar a informação mais rapidamente, de modo a que o comando tenha o conhecimento para decidir melhor.

■ Como é possível que Pedrógão Grande ainda não tenha um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios?

■ Depende dos municípios assegurar que têm um território mais seguro. Há municípios que fizeram um trabalho fantástico. Outros não.

■ Monchique que está no topo do ranking do mapa de risco para este ano. Tem feito esse trabalho?

■ Monchique tem feito um esforço grande desde 2003, mas a paisagem continua muito vulnerável e as populações têm de estar mais bem preparadas. As autoridades têm de saber direcionar a informação e dizer se daqui a duas ou três horas o incêndio vai nesta ou naquela direção.

■ Por que razão o sistema de alerta por SMS não está mais evoluído?

■ Porque há questões legais e questões tecnológicas que têm de ser ultrapassadas. Alterou-se a lei de proteção de dados, mas não é suficiente. Há questões de natureza tecnológica que nem todos os operadores satisfazem e têm de ser ultrapassadas. O MAI está a trabalhar nisso. O que faria mais sentido era haver uma aplicação no telemóvel a que as pessoas aderem voluntariamente para que se saiba onde se encontram e possam receber informação sobre o que se está a passar nesse local. Isto existe na Madeira e pode existir para o país. Mas não é possível estalar os dedos e tudo mudar. O nosso atraso é grande.

■ Qual é a previsão meteorológica para este verão?

■ Como há muita água no solo, podemos encarrar o início do verão com relativa acalmia.

■ Mas não se sabe o que virá em agosto, setembro ou outubro.

■ Não. Mas a diretiva única, aprovada no momento certo, permite a flexibilidade dos recursos e todos os meios podem ser utilizados em múltiplas tarefas, como a fazer fogo controlado nalguns sítios. Fica a falar a capacidade de planeamento e organização do ICNF, que tem pouquíssimos recursos e não consegue fazer as coisas à velocidade que gostaríamos. Isso é dramático.

■ E vai ser alterado?

■ Sim. A lei orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) foi aprovada, mas os estatutos ainda não. É um petroleiro que leva muito tempo a virar. Agora temos de nos concentrar em evitar que haja incêndios, a tratar a paisagem e a socorrer as pessoas quando o sistema colapsa. E sabemos que vai colapsar. Quando isso acontecer, todos têm de funcionar de forma mais cooperante, gerindo informação para evitar mortos e feridos.

■ Mais uma vez será a meteorologia a comandar?

■ A meteorologia comanda o sistema porque a paisagem assim o permite. As pessoas têm de meter na cabeça que o território continua vulnerável e os incêndios podem acontecer. Mas vamos estar preparados para reagir melhor, para que não aconteça o que aconteceu em 2017. Nunca vi tanta gente a trabalhar para isso. A questão é saber se o país valoriza suficientemente os seus recursos para, correndo bem esta e a próxima campanha de incêndios, continuar a suportar o que tem de ser feito.

ctomas@expresso.imprensa.pt

de Leiria, aponta as falhas. “O ordenamento do território e da floresta continua por fazer”, critica, ao mesmo tempo que contesta o número de efetivos. Segundo o responsável, apesar de ter havido um reforço do número de bombeiros, os quadros de pessoal continuam com a mesma dimensão. O Ministério da Administração Interna anunciou a criação de 79 novas equipas de intervenção permanente nos Corpos de Bombeiros, que têm agora 850 elementos a tempo inteiro.

O distrito conta com 25 corporações mas, para a região, este ano apenas foram criadas 13 equipas permanentes, não havendo segunda equipa, com capacidade de resposta mais rápida. “Estes bombeiros, colocados agora em permanência, já existiam nos quartéis, não houve um reforço”, sublinha Nélcio Gomes, comandante dos Bombeiros de Patiaes.

No terreno também se apontam falhas na distribuição dos meios terrestres. Foram lançados dois concursos de reequipamento, um destinado às corporações que intervieram nos fogos de Pedrógão e outro para dotar cada distrito com duas novas viaturas. As corporações de bombeiros asseguram que a grande maioria só ficará disponível em agosto. O eixo do norte do distrito de Leiria e o sul do distrito de Castelo Branco, onde subsiste uma enorme mancha florestal, vai receber 12 viaturas. Mação, onde arderam 27 mil hectares, não recebe nenhuma.

Pedro Jana, comandante dos bombeiros voluntários de Mação, aponta outras preocupações, algumas de natureza política. “Não foi acautelado o reforço dos postos de comando, na célula de planeamento, com auto-

CONCELHOS COM MAIOR PROBABILIDADE DE INCÊNDIO EM 2018

1. Monchique (Faro)
2. Oleiros (Castelo Branco)
3. Caminha (Viana do Castelo)
4. Vila Nova de Cerveira (V. Castelo)
5. Vila Nova de Paiva (Viseu)
6. Aljezur (Faro)
7. Vila de Rei (Castelo Branco)
8. Covilhã (Castelo Branco)
9. Proença-a-Nova (Castelo Branco)
10. Moimenta da Beira (Viseu)
11. Viana do Castelo (V. Castelo)
12. Vila Pouca de Aguiar (Vila Real)
13. Baião (Porto)
14. Celorico da Beira (Guarda)
15. Gavião (Portalegre)
16. Sardão (Santarém)
17. Sertã (Castelo Branco)
18. Chamusca (Santarém)
19. Portimão (Faro)
20. Ponte da Barca (Viana do Castelo)

FONTE: CENTRO DE ESTATÍSTICA E APLICAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, CENTRO DE ESTUDOS FLORESTAIS (CEP) E INSTITUTO DOM LUIZ

ridade para tomar decisões. Não se podem retirar meios aéreos e terrestres de ocorrências para irem apagar fogos para outras zonas, porque há pressão política.” Acrescenta que “há zonas do Portugal esquecido onde o risco para a própria vida é real”.

O comandante de Mação demonstra ainda preocupação com a segurança dos bombeiros. “Não foram criadas, por imposição legal, condições de descanso, pernoita, tratamento médico e questões sanitárias”.

A falta de comandantes dos bombeiros nos comandos da Proteção Civil, distritais e nacionais, também preocupa. Bem como a cessação das

comissões desempenhadas por comandos que provêm das estruturas militares e de segurança, fruto do atraso na publicação da Lei Orgânica da Proteção Civil.

Uma das alterações promovidas pela Proteção Civil foi feita no Sistema de Gestão Operacional, com a introdução de fases de empenhamento e a colocação de novas antenas da rede SIRESP, com georreferenciação. Quase o dobro das que existiam no terreno, nas contas do Governo.

Os operacionais, no entanto, queixam-se da falta de formação e da falta de exercícios que permitam testar as ligações. “Não houve formação de manobra, nem de posto de comando ou de gestão de grandes ocorrências”, aponta Bruno Gomes, comandante dos Bombeiros de Alvaizere. Este ano, “ao contrário do que era habitual não foi feito um único exercício de grandes dimensões, porque não houve tempo com as mudanças na estrutura da Proteção Civil”, revela.

Depois do verão quente de 2017, muitos bombeiros dizem que “a hierarquia, em Lisboa, ainda não voltou a estar sintonizada com os operacionais no terreno”, mas nem todos os sinais são de desalento. José Manuel Duarte da Costa, o novo comandante operacional da Proteção Civil, já deu mostras de maior proximidade. Nas palavras dos bombeiros, “já saiu de Lisboa”. Esteve reunido num encontro com as corporações de Leiria e Santarém. “Pode parecer pouco mas mostra que temos missão e liderança, que há um discurso mais pragmático que contrasta com o discurso político. Voltámos a ser bombeiros”, diz um participante.

AMADEU ARAÚJO
societade@expresso.imprensa.pt

O QUE FOI FEITO À PAISAGEM NO ÚLTIMO ANO NÃO É SUFICIENTE. TEMOS DE NOS PREPARAR PARA O PIOR

Há aldeias hoje mais seguras mas o avanço é a várias velocidades

Prevenção Por decisão estatal ou comunitária, vários locais apostam na autoproteção. Um caminho ainda no início

Texto **PAULO PAIXÃO**
Fotos **RUI DUARTE SILVA**

Manuel Simões não traz consigo o colete de “oficial de segurança” de Ponte do Sótão, concelho de Góis (“emprestei-o para um simulacro”, justifica), mas o sentido de responsabilidade das novas funções já se lhe colou bem à pele. Do bolso da camisa, retira uma folha A4. É o print da aldeia vista do Google Maps, na qual foi enxertada informação relevante em caso de incêndio que obrigue a juntar as pessoas num local seguro. O mapa assinala o estado de cada casa (habitada, de férias ou desabitada); a fluidez das ruas (um ou dois sentidos e sem saída); e os itinerários que vão dar ao refúgio (um ringue de jogos) e ao abrigo (o edifício da Associação de Melhoramentos e Assistência), que ficam lado a lado.

Ninguém encomendou o trabalho a Necas (como é conhecido na terra), desde há pouco mais de um mês nomeado responsável local do programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”. “Foi uma iniciativa minha. Pedi apoio à Câmara, que destacou um funcionário”, diz. “Se houver uma emergência, é preciso saber quais as casas com gente

e depois fazer uma lista de quem já está no abrigo”, justifica o antigo chefe de brigada da JAE, hoje reformado. Os casos mais sensíveis estão identificados. “Temos oito pessoas que necessitam de cadeira de rodas ou de maca. E sabemos onde elas moram”, diz o oficial de segurança, de 61 anos.

Ponte do Sótão, com 280 habitantes, é um dos lugares do programa governamental Aldeia Segura. Se nas margens do Rio Sótão as coisas estão sobre rodas, mais a Sul, em Alvaiázere, a aldeia do Couto também se quer segura, mas por ora vai menos formosa. A oficial de segurança indigntada, Rita Branco, aguarda ainda que seja apresentada aos outros moradores, cerca de três dezenas. Advogada, de 40 anos, cret ter sido desafiada para o cargo (pelo presidente da Junta) por “ser, entre as adultas, a mais jovem”. Ao contrário de Manuel, Rita não recebeu ainda o colete que atesta a função, nem o kit de prevenção entregue a cada aldeia (lanterna, máscara, rádio, estojo de primeiros socorros e apito). Rita Branco receberá formação para o cargo, mas desconhece quando isso acontecerá. Mal seja “empossada”, irá “fazer uma sessão com a população”.

Vale Florido, no concelho de Ansião, foi o primeiro lugar do país acreditado como Aldeia Segura. Silvério Teixeira, 61 anos, é o oficial de segurança local. Antigo PSP, agora aposentado, diz que foi convidado para ser “o elo de ligação entre as autoridades e a população”, no caso cerca de 110 pessoas.

Silvério acompanha o Expresso numa ida a outro ponto da freguesia de Alvorge: Mata de Cima. Quantas pessoas há aqui? Ramiro Fernandes, de 57 anos, e Artur Santos, de 78, desfilam pri-

meiro os nomes: “O Pinto, o Daniel, a Cesaltina, o Artur, a Marília, o Ti Zé, os ingleses...”, e por aí fora. Chegam à conta: meia centena, dos quais “só três em idade de escola”. São os forasteiros a revelar que Mata de Cima será Aldeia Segura (uma informação da Câmara de Ansião). Ramiro e Artur desconhecem isso, mas depressa dão palpites sobre os pontos de abrigo ou de refúgio: a antiga escola primária ou o largo frente à capela.

Se na Mata de Cima os aldeões são os últimos a saber da decisão, tomada pelos poderes central e autárquico, noutros sítios o sistema para autoproteção da comunidade teve génese contrária: nasceu da base, do associativismo local. É o caso de Ferraria de São João (Penela). O lugar, com 40 residentes (e um máximo de 28 habitantes eventuais, nas duas unidades de turismo rural), é uma das 25 “aldeias resilientes” do país. Trata-se de um projeto-piloto dinamizado pela Associação dos Familiares das Vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande (AFVIPG), surgido antes do aparecimento das

Aldeias Seguras. Na Ferraria de São João, as gentes da terra meteram mãos à obra “uma semana depois” dos incêndios de há um ano, conta Pedro Pedrosa, dirigente da associação de moradores e membro da equipa comunitária de proteção civil. Ao contrário da Aldeia Segura (com só um responsável), nas aldeias resilientes a liderança do processo é partilhada.

50 mil eucaliptos arrancados

Em junho do ano passado, o fogo cercou a Ferraria, e só um travão natural constituido por uma mancha de sobreiros evitou males maiores. A espécie é uma das agora plantadas (a par de carvalhos, castanheiros, cerejeiras, nogueiras e medronheiros) numa área de nove hectares, de onde foram “arrancados mais de 50 mil eucaliptos”, recorda Pedrosa. Mas a ‘menina dos olhos’ da aldeia é um abrigo que vai nascer, num terreno de 1200 m², comprado para o efeito. O projeto está em “fase de estudo da solução construtiva”, numa iniciativa que conta com o apoio de

Domingos Xavier Viegas, especialista em incêndios florestais.

Independentemente dos programas, as necessidades das aldeias são idênticas. Separados por dezenas de quilómetros, Manuel Simões, em Ponte do Sótão, e Paulo Cipriano, em Moninhos Fundeiros (Figueiró dos Vinhos, outra das aldeias resilientes), fizeram o mesmo: o levantamento das bocas de incêndio. De seguida, pediram às respetivas câmaras o fornecimento de mangueiras e de agulhetas.

Para Cipriano, 53 anos, técnico superior na área financeira, a meta “é que todas as pessoas estejam agora preparadas para enfrentar o fogo”. Na aldeia vivem 25 pessoas, às quais se junta mais uma dezena na aglomeração do contíguo de Moninhos Cimeiros. O sino desta terra tocará a rebate, mas para outras quatro aldeias (agregadas na mesma iniciativa) será “preciso encontrar uma solução alternativa, pois com vento contrário o alerta pode não ser audível”, explica Cipriano. Problemas desses não afligem Simões. Além do sino, Ponte do Sótão tem a sirene da antiga fábrica da Companhia de Papel de Góis.

Sem o saberem, Cipriano e Simões têm outros projetos alinhados: praias fluviais. A do primeiro implica a criação de um percurso pedonal que ligue a antiga escola primária à Ribeira de Alge. Em Ponte do Sótão, o projeto, no centro da terra, está mais avançado. Simões já insistiu junto da autarquia de Góis que “as coisas têm de avançar agora”. O oficial de segurança mostra-se desenvolto: “Se aceitei o cargo, agora têm de me aturar”. A praia não será só para lazer: “Servirá para o helicóptero se abastecer de água”.

ppaixao@expresso.imprensa.pt



Ferraria de São João: António e Pedro Neves, António Mendes, António Zuzarte e filhos, Isabel Mendes, Emília Jorge e filho, Izilda Mendes, Pedro Pedrosa, Gracinda Mendes, José Quintino, Maria Rodrigues, Joel Jorge, José Adelino e Michael. Mais de um terço dos moradores da localidade juntaram-se no terreno onde será construído o abrigo em caso de incêndio

Prevenção do risco começa nas escolas

A educação para o risco, em contextos como os incêndios, terá carácter obrigatório no próximo ano letivo, em pelo menos dois ciclos de ensino, ao critério das escolas. A decisão de incorporar tais conteúdos em outros ciclos fica igualmente nas mãos dos estabelecimentos. O tema será tratado na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, que passa a integrar o currículo em todos os anos iniciais de ciclo (1º, 5º, 7º e 10º). Além dos fogos, as escolas “terão liberdade para adequar as formas de ensinar” outras temáticas de risco — sinistralidade, sismos e demais catástrofes naturais, por exemplo — “aos contextos territoriais”, explica fonte do Ministério da Educação. Na apresentação do programa Aldeia Segura em Piódão (Arganil), o secretário de Estado da Educação, João Costa, destacou a novidade: “Não deve ser preciso numa tragédia para que a comunidade educativa se mexa”. Um trabalho de alunos de Arganil, exibido naquela sessão, mostra como a Aldeia Segura, a sua ligação à escola, é um investimento para prevenir incêndios ou encontrar uma melhor forma de os combater.



Ponte do Sótão: Manuel Simões junto à sirene que dá o alerta

Verão assusta crianças das zonas dos fogos

Estudo tenta contornar o medo e a perturbação pós-stresse traumático que afeta 8% dos menores, entre os seis e os 18 anos

“Se ele quiser vir para a minha cama a meio da noite devo deixar?”; “Se ela se recusar a obedecer, devo insistir?” e “Se não falarem nos incêndios devemos pressionar?” As perguntas são

recorrentes entre pais e professores das regiões afetadas pelos grandes incêndios de 2017 e foram alvo do estudo “Pinhal de Futuro”, um projeto inédito em Portugal que promoveu, desde janeiro, o rastreio psicológico de 2557 crianças e adolescentes, entre os seis e os 18 anos, nas zonas do Pinhal Interior. Dos 1758 estudantes cuja análise já está concluída,

444 apresentaram sintomas de perturbação psicológica (252) ou outros sintomas capazes de afetar o seu bem-estar (192).

A fase de rastreio, com base em 1934 entrevistas individuais realizadas em contexto escolar aos alunos cujos encarregados de educação deram autorização para participarem no projeto, foi concluída este mês. Os principais focos foram a verificação de situações de perturbação pós-stresse traumático (PTSD) e de perturbação de adaptação, diagnosticadas, respetivamente, em 7,9% e 6,4% dos alunos. Em causa estavam sintomas como a “reexperiência persistente do acontecimento traumático, o medo, o evitamento de estímulos que recordem o acontecimento, a dificuldade em regular as emoções, problemas no sono, de-

pressão, sentimentos de pânico ou ansiedade, disrupção comportamental e perturbação decorrente de luto ou ansiedade de separação”, lê-se no estudo.

“O calor, as trovoadas e os incêndios que voltarão a acontecer vão intensificar os sintomas de algumas destas crianças e adolescentes”, garante Maria Cristina Canavarro, do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental, da Universidade de Coimbra (UC), parceiro metodológico do projeto. De tal forma que a professora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UC recomenda especial atenção dos encarregados de educação nos próximos meses, quando o verão se instalar e, com ele, o perigo dos incêndios: “As famílias têm de ser

ajudadas a lidar com as crianças, devem ser aconselhadas a pedir ajuda especializada.” E dá recomendações práticas, como a manutenção das rotinas, a disponibilidade para falar dos problemas sem pressionar e, sobretudo, não promover estes diálogos à noite. Conclui alertando que, durante o verão, poderão surgir sintomas em crianças que, até agora, não pareciam ter problemas.

Desde abril que estão a ser realizadas entrevistas clínicas aos 252 alunos a quem foram identificados estes sintomas para confirmar se os problemas persistem. Se for esse o caso, serão encaminhados para acompanhamento médico. No âmbito do projeto foram ainda identificados outros sinais de risco em 10,9% dos alunos que participaram no rastreio:

quebra no rendimento escolar, hiperatividade e défice de atenção, alcoolismo ou outras dependências nas famílias e ainda exposição a situações de violência em casa. São casos que, embora possam não estar diretamente relacionados com os incêndios, podem afetar o bem-estar emocional das crianças e adolescentes.

O projeto “Pinhal de Futuro” é desenvolvido pela Associação de Empresários Pela Inclusão Social (EPIS), suportado pelo Fundo de Apoio, que reuniu quatro milhões de euros em contribuições solidárias, geridos pela Fundação Gulbenkian. As conclusões da primeira fase são apresentadas hoje, em Castanheira de Pera, na presença do Presidente da República.

CHRISTIANA MARTINS
camartins@expresso.imprensa.pt



Responsáveis políticos livres da acusação

Investigação Processo judicial vai ter mais arguidos. Objetivo é ter a **acusação pronta antes das férias**

CONTEXTO

A causa

A PJ concluiu que o incêndio teve origem numa descarga elétrica natural

O crime

Segundo o MP, houve crime na forma como o fogo foi combatido e na prevenção

Quem

Pelo menos dez arguidos serão acusados de homicídio por negligência

CHRISTIANA MARTINS
e RUI GUSTAVO

O objetivo, por motivos psicológicos óbvios, era acabar a acusação antes de 17 junho, o aniversário do grande incêndio de Pedrógão Grande que custou a vida a 66 pessoas, apanhadas pelas chamas de um incêndio que se tornou incontrolável. Mas o atraso na obtenção de exames médico-legais levou a equipa do DIAP de Leiria a estabelecer uma nova meta: 15 de julho, dia em que os tribunais fecham para férias judiciais. Houve um encontro “de conforto” entre responsáveis da Procuradoria-Geral da República e representantes das vítimas para explicar os motivos que levaram ao adiamento.

Mas o trabalho da procuradora Ana Simões, a titular do processo, não está concluído: o Expresso sabe que a lista dos arguidos que serão acusados e, provavelmente, julgados, não está fechada e que nos próximos dias mais pessoas serão ouvidas e constituídas arguidas. Nenhum deles será responsável político ou autárquico, nem esteve envolvido nas operações de combate e socorro. O mais provável é que esteja ligado à limpeza e gestão dos combustíveis, isto é, da manu-

tenção das matas e da floresta.

A estratégia seguida pelo Ministério Público neste caso foi a de responsabilizar os que estiveram diretamente envolvidos no combate ao incêndio e os que, na perspetiva do MP, não cumpriram a lei na gestão dos combustíveis.

Por isso, deverá ser acusado de homicídio por negligência Mário Cerol, segundo comandante do Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leiria, que, na prática, chefiou as operações de combate ao fogo no terreno.

Segundo fonte judicial, o MP entende que não seguiu as regras previstas na Diretiva Operacional Nacional, isto é, não acionou os meios na altura devida, conclusão já defendida pela comissão técnica independente de Xavier Viegas que criticou a falta de coordenação entre os meios de combate a incêndios e a estratégia utilizada.

Augusto Arnaut, comandante dos bombeiros de Pedrógão Grande também está entre os arguidos pelos mesmos motivos. Não terá seguido as indicações previstas na Diretiva. Sérgio Gomes, que era o número um do CDOS na região, é arguido porque no dia dos incêndios foi hospitalizado quando visitava o filho no hospital, tentou controlar a situação à distância, pelo telefone, e só muito tarde delegou as funções de comando ao número dois.

Todos os outros arguidos — o vice-presidente da Câmara de Pedrógão Grande, José Graça; a engenheira Margarida Gonçalves, responsável pela gestão florestal; o encarregado-geral da Câmara, António Castanheira; dois funcionários da concessionária Ascendi e dois funcionários de empresas subcontratadas — eram responsáveis pelo controlo e pela limpeza das matas e da floresta. A lei diz que toda a vegetação junto às linhas elétricas tem de ser limpa, o que não terá acontecido neste caso. Apesar de as chefias da proteção civil terem sido mudadas a poucos meses

do verão, nenhum responsável do Governo estará entre o rol dos acusados. “Nem todos os erros são crimes”, sintetiza a fonte.

Durante este ano de investigações, foram ouvidas cerca de 250 testemunhas e 12 pessoas constituíram-se assistentes do processo. A acusação está a ser

construída de forma a que a prova utilizada contra os arguidos seja considerada robusta, daí a dificuldade em chegar a cargos políticos mais elevados. Seja como for, será sempre uma acusação histórica.

INEM investigado

Um processo de investigação paralelo sobre a atuação do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) foi aberto no âmbito do incêndio de Pedrógão Grande. Depois de várias afirmações contestando a forma como as equipas de socorro atuaram, com referências explícitas a falhas do instituto no rela-

tório elaborado por Xavier Viegas, coordenador do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a Ordem dos Enfermeiros pediu ao Ministério Público que investigasse o trabalho do INEM, o que aconteceu

autonomamente, de maneira a não comprometer os prazos do processo principal.

Luís Meira, presidente do INEM desde setembro de 2016, e Regina Pimentel, diretora da Delegação Regional do Centro, são os responsáveis que estarão a ser investigados pela PGR.

Entre as 17h49 e as 22h horas de 17 de junho de 2017 foram 223 as chamadas recebidas no INEM relacionadas exclusivamente com os incêndios de Pedrógão, número bastante acima do normal e que, inevitavelmente, criou maior pressão na capacidade de atendimento, assumiu na altura o instituto.

com V.L.A.

camartins@expresso.imprensa.pt

66

pessoas morreram na sequência do incêndio de Pedrógão Grande, 47 das quais na EN 236-1

10

arguidos foram já constituídos pelo Ministério Público depois de um ano de investigação

ARGUIDOS

AUGUSTO ARNAUT

Comandante dos bombeiros de Pedrógão Grande, está indiciado por homicídio e ofensas corporais por negligência. Tem 51 anos, é bombeiro há 32 e está ligado ao corpo de comando há 18

SÉRGIO GOMES

Comandante do Centro Distrital de Operações de Socorro de Leiria. No dia do incêndio encontrava-se no hospital e não delegou competências num substituto, tendo dirigido as operações pelo telemóvel

MÁRIO CEROL

Segundo comandante do Centro Distrital de Operações de Socorro, foi o terceiro a liderar as operações. Também está indiciado por homicídio e ofensas corporais por negligência. É advogado e foi mandatário em 2009 da candidatura do PS à Câmara Municipal de Alcobaça, localidade onde foi comandante dos Bombeiros Voluntários

MARGARIDA GONÇALVES

Engenheira e quadro da área florestal e da Proteção Civil da autarquia de Pedrógão Grande, era a única a integrar o Gabinete Técnico Florestal do município

ANTÓNIO CASTANHEIRA

Encarregado geral dos serviços externos da Câmara Municipal de Pedrógão Grande

JOSÉ GRAÇA

Vice-presidente da Câmara Municipal de Pedrógão, autarquia onde desempenhava funções há vários anos, é o único ocupante de um cargo político que até agora foi constituído arguido. Está reformado e desenvolveu a sua carreira na área das Finanças

FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS

Há dois arguidos, não identificados, que são funcionários da Ascendi, empresa concessionária da EN236-1, e dois trabalhadores de uma empresa subcontratada por esta sociedade



MARCELO: "SÓ TEMOS ATÉ 2023 PARA ALTERAR ESTA REALIDADE"

- Depois do fogo, a força: **histórias de superação** um ano após Pedrógão
- Portugal continua vulnerável**, alerta presidente da Estrutura de Missão
- Bombeiros** questionam reforço de meios
- Investigação** vai ter novos arguidos

P6a9eR26a36

Pedro Rafael Mendes voltou ao local onde foi fotografado há um ano, numa imagem que foi capa do Expresso
FOTO RUI DUARTE SILVA

Fundador: Francisco Pinto Balsemão

Expresso

16 de junho de 2018
2381 • €3,80

Diretor: Pedro Santos Guerreiro
Diretor-Executivo: Martin Silva
Diretores-Adjuntos: João Vieira Pereira e Miguel Castêlo
Diretor de Arte: Marco Grieco

www.expresso.pt

24h

Ronaldo começa em grande
Um *hat-trick* de CR7 (homem do jogo) permitiu a Portugal empatar a três golos com a Espanha, ontem, em Sochi. A seleção vai jogar agora com Marrocos, na quarta-feira, às 13h, com transmissão na SIC. P36

Bettany Hughes premiada
A historiadora, apresentadora e autora britânica recebeu o Prémio Europeu Helena Vaz da Silva, instituído em nome da defesa do património cultural, por "contar histórias do passado mantendo o seu significado nos dias de hoje".

Integram esta edição semanal, além deste corpo principal, os seguintes cadernos: ECONOMIA, REVISTA E

5 602841 001021 02381

Leis laborais avançam com Bloco Central

Governo conta com PSD para votar o **acordo de Concertação Social**. Rio dará luz verde

O secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita, diz ao Expresso que "já houve maiorias parlamentares que se geraram excluindo um ou mais partidos da 'geringonça'", como sinal para o

PSD aprovar as leis laborais que Bloco e PCP rejeitam. Para Rui Rio, o que patrões e sindicatos assinaram o PSD não travará. Este será mais um foco de tensão à esquerda antes do OE. P14

Passageiros pagam mais 94% nos voos em Lisboa

Desde que a ANA foi privatizada, taxas cobradas nas viagens no aeroporto de Lisboa dispararam em €11

Impasse jurídico no Sporting pode durar meses

Juristas olham para situação do clube. Polícia ainda procura 16 elementos da claque Juve Leo P4

Paulo Pedrosa: "O estigma ficará para sempre" P24



Portugueses enchem meias de tecnologia E20

Belém vê professores como 'bomba-relógio' no OE

Marcelo está apreensivo com as consequências orçamentais e políticas da colagem do PSD às posições da esquerda

A Presidência da República segue com preocupação as posições públicas de vices do PSD como David Justino ou Castro Almeida na questão da contagem de tempo dos professores. Marcelo teme que uma aproximação dos sociais-democratas aos argumentos do PCP e do BE leve a uma crise política em torno do Orçamento. Ou à criação de um precedente jurídico que obrigue a repor todas as situações semelhantes no futuro. No entanto, Rui Rio tem sido muito cauteloso nas declarações e mantido uma posição mais recuada do que membros da sua direção. P12

VORTAL
Connecting business.

COMPRAR MELHOR, VENDER MAIS.

www.vortal.biz

HOJEGRÁTIS
COLEÇÃO JERUSALÉM

LIVRO 6 DE 'O SIONISMO' A 'GUERRA SUJA'

JERUSALÉM
A BICULTURA

PRÓXIMO SÁBADO
GUIA BOA CAMA BOA MESA MARISQUEIRAS & ESPLANADAS €9,90 (CONT.)

idealista

A app para procurar casa em Portugal